

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO****PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO****ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR**  
**ZONA SUL – NOVEMBRO/2023**

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às dezenove horas e quinze minutos, no auditório anexo ao CEU José Saramago (Avenida João de Andrade, 1355, Jardim Santo Antonio), teve início a audiência pública. Compondo a mesa da audiência, estavam presentes o Senhor Eder Alberto Ramos Máximo (Secretário da Secretaria de Planejamento e Gestão), o Senhor Juliano Duarte Vieira (Secretário Executivo de Projetos e Cidade da Secretaria de Planejamento e Gestão), o Senhor Daniel Calió Sanches (Secretário Executivo de Licenciamento e Cadastro Imobiliário e Controle do Uso do Solo), a Senhora Carolina Pereira Matias da Silva (Diretora do Departamento de Governo Aberto e Fortalecimento da Cidadania da Secretaria de Planejamento e Gestão), o Senhor André Teixeira Piovan (Diretor do Departamento de Urbanismo da Secretaria Executiva de Projetos e Cidade), a Senhora Marina Vasarini Lopes (Gerente de Engenharia Predial da Secretaria Executiva de Projetos e Cidade), o Senhor Fábio Passos Padula (Analista de Negócios da Secretaria Executiva de Projetos e Cidade).

O Secretário Eder fez a abertura do evento agradecendo a presença de todos. Em cumprimento à legalidade, realizou a leitura do Regimento Interno da Audiência Pública, que foi publicado no dia 06 de novembro na Imprensa Municipal (IOMO) e também estava disponível em formato de documento físico na recepção do evento. Explicou que essa leitura do Regimento antes da Audiência Pública é um fator fundamental para garantir a participação, que é o sentido da Audiência. Em seguida, foi apresentado no telão um vídeo produzido pela Secretaria de Comunicação tratando sobre o convite à população para participação nas Audiências. O Secretário explicou que uma das missões que recebeu ao assumir a Secretaria de Planejamento foi de qualificar e aprimorar o debate do Plano Diretor. Reconhece o desafio em preparar um Plano que garanta a equidade, direitos sociais e uma cidade justa para todas e todos. Nesse preparo, busca a valorização de todo o acúmulo da participação social que vinha acontecendo há algum tempo, assim como os debates internos com as Secretarias e as audiências públicas com a sociedade civil. Lembrou que há uns 40 dias foram realizadas duas audiências públicas de apresentação do Plano Diretor para explicar de maneira didática como se dá a participação, pois não é fácil entender algumas



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

palavras, siglas, diretrizes que estão no texto, e o objetivo era fazer uma apresentação com linguagem simples com um spoiler do que seria disponibilizado para a população. Ressaltou que a Minuta ficou disponível para download para que as pessoas pudessem se debruçar no texto, fazer apontamentos, críticas, dar opiniões e ideias para transformar os próximos 10 anos da nossa cidade. Demonstrou outra preocupação, que era a de fazer um Plano com metas alcançáveis, porque seria lindo incluir coisas que estão no nosso coração, mas que seria muito difícil de fazer, e temos que ter responsabilidade no poder público para conduzir o processo de maneira muito coerente e realizável. Deseja ver daqui a 10 anos uma Osasco mais justa, mais aberta, com fachadas ativas, com calçadas mais largas, com vagas para andar de bicicleta e a pé. Disse que essa é a Osasco que está sendo desenhada no atual Governo, garantida no PPA, na LDO, que estará na LOA que será votada pelos vereadores e vereadoras em breve, e que está no Plano Diretor, formando um conjunto de peças que se encaixam. Contou que retornou uma rotina de caminhada, parando o carro em diversos extremos da cidade fazendo alguns trajetos a pé, e isso trouxe o Plano Diretor à sua mente com as questões de fachada e mobiliário urbano, e concluiu que essa peça do Plano está bem coerente. Entende que ninguém estaria na audiência em uma segunda-feira à noite de muito calor se não amasse Osasco. Por isso, pediu que essa audiência fosse de busca pela convergência, o que nos une; sobre o que ainda não nos une, que possa ser discutido para chegar a um ponto em comum. Informou que a Prefeitura de Osasco veio com muita humildade para ouvir e conversar com a população. O Governo não tem compromisso nenhum com o erro e, caso perceba que alguma estratégia está errada, irá amadurecer o debate e corrigir a rota. Para finalizar a sua fala, apresentou uma equipe técnica que compôs a mesa. Explicou que o folder disponível na recepção do evento tem o QR Code do “Metaverso do Plano Diretor”, onde foi feito um link do que se imagina para o coração da nossa cidade.

Em seguida, foi apresentado esse Metaverso no Telão do auditório. Após a apresentação, o Secretário Eder passou a palavra para a Carolina.

Carolina iniciou a sua fala explicando sobre as inovações na participação social em Osasco. Relatou que esse processo inovador teve início na construção do Plano Plurianual (PPA) onde foram realizadas mais de 38 oficinas com mais de 300 participantes. Esclareceu que nessa mesma época do PPA ocorreu a criação do



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Departamento de Governo Aberto e Fortalecimento da Cidadania no ano de 2020. Logo após a sua criação, o Departamento foi inserido em uma Organização Internacional de Parceria para o Governo Aberto, a Open Government Partnership (OGP), a fim de implementar a agenda do Governo Aberto no município. Também elucidou que o Departamento criou um Plano de Ação com a sociedade civil firmando dois compromissos: o primeiro é o de territorializar o orçamento público, ou seja, levar o orçamento para o território em uma linguagem simples; o outro compromisso é o de fomentar a educação cidadã. Para implementar esses compromissos foi criada a cartilha “Contando as Contas”, entregue na recepção no início do evento. Ressaltou que esse é um processo inovador pois sabe o quanto é difícil entender o orçamento público, e a cartilha conta como funciona o ciclo orçamentário, ou seja, como a Prefeitura recebe e gasta o dinheiro. Em relação ao Plano Diretor, reiterou que anteriormente foram realizadas duas audiências com o objetivo de contar um pouco sobre a Minuta do Plano fazendo um paralelo com um jogo de tabuleiro, para que assim as pessoas pudessem entender o texto. A partir do dia 14 de setembro até o dia 14 de outubro, no site “Participa Osasco”, a íntegra da Minuta do Plano foi disponibilizada, além de uma Consulta Pública e o Diagnóstico da Cidade. Relatou que nesse processo foi providenciada a divulgação de diversas formas: nas redes sociais, em mais de 25 faixas espalhadas pela cidade, em cartazes distribuídos nos equipamentos públicos (UBS, CRAS, CREAS, escolas municipais), nos ônibus, e também por meio de participações e reuniões na Prefeitura de Osasco. Entende que a população precisa ter conhecimento para participar efetivamente, e por isso esse processo anterior foi feito. Na Consulta Pública, a maioria das participações foi de moradores de 20 bairros de Osasco, com apenas um morador da cidade de São Paulo. Nessa consulta foram utilizados alguns trechos da Minuta com um breve resumo do seu significado para que as pessoas pudessem responder se concordavam, não concordavam ou concordavam com alterações, assim como campos para comentários. A diretora finalizou falando que entende que a Osasco do Futuro deve ser cada vez mais aberta, democrática, sustentável e humana. Em seguida, passou a palavra para que outros integrantes da equipe técnica para detalhamento do resultado dessa Consulta Pública.



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

O Secretário Juliano cumprimentou a todos e iniciou a apresentação dos resultados lembrando que a ideia das primeiras audiências era de trazer as principais estratégias da revisão da Minuta.

Dando continuidade, a Marina informou que 4 moderadores já estavam disponíveis para receber de perguntas escritas dos presentes. Começou com as propostas estratégicas: a primeira foi a de centralidades, onde 67% das pessoas concordaram, 6% não concordaram, 18% concordaram com alterações e 9% preferiram não opinar. André destacou que a Centralidade diminui a distância dentro da cidade, traz mais oportunidade de emprego, de moradia, e é um bom instrumento para colocar em prática. Explicou que todos os comentários recebidos estão sendo estudados, como por exemplo a inclusão de algumas vias.

Juliano relembrou o conceito de “Centralidade”, que é aplicada em regiões com alto volume de comércios, onde a ideia é potencializar. As Centralidades são ligadas pelos eixos de mobilidade urbana, e a proposta da Minuta é fazer a integração de mobilidade. Também, está sendo estudada a possibilidade de adicionar como Centralidade a Rua Piacatú e a Avenida Analice Sakatauska.

Na estratégia de transformação de algumas ruas e avenidas em Eixos de Mobilidade e Integração Urbana, Marina explicou que 70% das pessoas concordaram com esse instrumento, 3% discordaram, 21% concordaram com alterações, 6% preferiram não opinar e foram recebidos alguns comentários relevantes.

André mencionou que os Eixos estão sendo vistos no “Metaverso”, e significam trazer qualidade de vida para os cidadãos, para transitar com tranquilidade e trazer mais mobilidade com ciclovias. Sobre os novos terminais, esses serão revisados no Plano de Mobilidade Urbana, onde haverá estudo de fluxo e outros parâmetros para definir novos pontos e terminais necessários, bem como a inclusão de vias no EMIU. Para transformar em eixos, alguns parâmetros são avaliados, como tamanho de calha, das ruas, fluxo e quantidade de linha de ônibus.

Sobre a Rua Alberto Byington, Juliano disse que ela chegou a ser estudada inicialmente, mas não atendia aos parâmetros mínimos para a implantação do Eixo. Porém, um novo estudo está sendo feito para analisar essa possibilidade. E com relação aos terminais, a Minuta do Plano traz a indicação dos Eixos de Mobilidade, e



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

no Plano de Mobilidade Urbana as regiões que deverão contar com a implantação de novos terminais serão qualificadas e especificadas.

Na terceira estratégia que versa sobre as diretrizes planejadas para as áreas identificadas como de Interesse Especial, Marina informou que 85% concordaram, 3% não concordaram, 3% concordaram com alterações e 9% preferiram não opinar. Essas áreas são menores e equivalem a alguns lotes, com características muito específicas que precisam ser trabalhadas ou com o seu potencial econômico, ou pela localização estratégica, ou pela sua vulnerabilidade, fazendo um desenvolvimento prioritário com mais instrumentos para viabilizá-los, como por exemplo um Plano de bairro urbanístico para o desenvolvimento daquela região. Destacou uma sugestão de inclusão da APA Paiva Ramos, que seria pelo interesse ambiental, e essa possibilidade está sendo estudada.

No instrumento Ampliação do Passeio Público, André demonstrou que 73% concordaram, 12% concordaram com alterações, 15% preferiram não opinar e não houve discordância. Em relação à Seção III – Da Política Ambiental de Combate às Mudanças Climáticas, descritas no Título V, Capítulo II do Plano Diretor, 76% concordaram, 9% concordaram com alterações, 15% preferiram não opinar e não houve discordância. Sobre o IPTU Verde e PSA, 67% concordaram, 21% concordaram com alterações, 12% preferiram não opinar e 0% discordaram. Sobre Ecovilas, instrumento que está na Agenda 2030 da ONU, 76% concordaram, 21% concordaram com alterações, 3% preferiram não opinar e não houve discordância.

Sobre o Sistema de Áreas Verdes e Azuis disposto na Seção I, Marina explicou que 64% concordaram, 21% concordaram com alterações, 15% preferiram não opinar e não houve discordância. Lembrou que todos os comentários sobre as alterações estão sendo considerados. Sobre os instrumentos que mitigam impactos urbanísticos e ambientais de grandes empreendimentos, 58% concordaram, 24% concordaram com alterações, 18% preferiram não opinar e não houve discordância.

Juliano esclareceu que, quanto ao Incentivo à baia para parada de ônibus, 82% concordaram, 3% não concordaram, 9% concordaram com alterações e 6% preferiram não opinar. Destacou que esse é um grande problema, pois quando o ônibus faz o embarque e desembarque dos passageiros isso afeta todo o trânsito local, por isso a baia é um instrumento importantíssimo para melhorar a mobilidade. Comunicou que os



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

comentários e perguntas recebidos serão respondidos via Imprensa Oficial (IOMO), assim como as sugestões, acatadas ou não, para que todos tenham conhecimento dos motivos pelos quais as propostas foram ou não aceitas.

André explanou os pontos com maior discordância ou ressalvas. De acordo com o Mapa de Macrozoneamento apresentado, 64% concordaram em como a cidade foi dividida, 3% não concordaram, 27% concordaram com alterações e 6% preferiram não opinar. Destacou o comentário recebido “MDU – Macrozona de Dinamização Urbana – Adensar áreas subutilizadas com usos residenciais (moradia popular) e não residenciais”. Lembrou que essas são as diretrizes que serão consolidadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo, que logo será revisada e irá complementar a Lei do Plano Diretor.

Marina acrescentou que essa já é uma diretriz presente no Plano Diretor, que foi bastante explorada ao longo do texto. Relatou que essa área de dinamização urbana que abrange o centro de Osasco, entre a linha do trem e a Castelo Branco, já possui bastante infraestrutura, mas conta com vários vazios urbanos com muitos serviços e comércios, mas poucas habitações, então a ideia é fazer o uso misto nessa região. Também leu outro comentário recebido: “A lógica proposta de ocupação do solo deve garantir o cumprimento das ‘diretrizes e objetivos ambientais’. É preciso dar autoaplicabilidade aos instrumentos jurídicos adotados pelo novo plano diretor, algo que lhe falta”. Marina respondeu dizendo que essa foi uma discussão junto à Procuradoria Geral do Município, e o entendimento é de que o Plano Diretor traz as diretrizes gerais e outras leis complementares e de regulamentação garantem a aplicabilidade dessas diretrizes.

Juliano complementou que, segundo entendimento jurídico da equipe técnica, isso acontece porque o Plano Diretor é uma lei muito ampla, e se for muito detalhada acaba engessando algumas questões mais específicas da cidade. Então não seria possível criar todo o regramento do Plano Diretor sem as leis complementares para que se possa de fato aplicar as diretrizes.

André fez a leitura de mais um comentário recebido: “Na Macrozona de Conservação Ambiental, incluir taxa de arborização no quadro de áreas”. Respondeu que essa inclusão já está sendo estudado junto à Secretaria do Meio Ambiente. Sobre



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

a sugestão de incentivo construtivo para arborização do lote, disse que, em parceria com outras Secretarias, já estão em análise alguns instrumentos para esse incentivo.

Sobre as diretrizes colocadas no Plano Diretor para facilitar a mobilidade urbana em Osasco, que foi outra pergunta da Consulta Pública, 67% concordaram, 9% não concordaram, 18% concordaram com alterações e 6% preferiram não opinar. Nessa questão, 4 comentários foram destacados. O primeiro deles foi “Deslocamento de pessoas a pé, de bicicleta, de transporte público, de cargas e, por último, transporte individual motorizado”. André ressaltou que essa é uma prioridade adotada no Plano para a elaboração das estratégias, pensando no deslocamento e também no estudo do Plano de Mobilidade Urbana sobre quanto o cidadão de Osasco se desloca a pé, e isso está sendo levado em consideração. O segundo comentário foi: “No Plano não está claro essa política de mobilidade quanto a construções de pontes entre zona norte e sul. O apontamento deve ser mais pontual”. André respondeu que um dos grandes desafios diz respeito às “fronteiras” como a linha do trem, o rio, a Castelo Branco, e algumas divisões no nosso território. Por isso, no Mapa 14 foram indicados todos os pontos das novas travessias, já que esse deslocamento é um dos principais instrumentos para o nosso Município. No terceiro comentário, o munícipe fala que “Praticamente não tratou ou traçou metas de médio e longo prazo”. André reforçou que o Plano Diretor não traz metas específicas, e que estas são estabelecidas nas políticas setoriais, como por exemplo a Mobilidade. O quarto comentário foi: “Inserir nos objetivos estratégicos a aprovação dos bolsões residenciais e loteamentos de acesso controlado, eis que poderão melhorar a mobilidade e segurança dentro dos bairros baixamente adensados”. André respondeu que já há uma lei vigente que permite esses fechamentos, e o procedimento para isso inclui a realização de um pedido que é avaliado pela Prefeitura.

Marina explicou que foram recebidos outros dois comentários pertinentes que serão utilizados como instrumentos das leis regulamentadoras. Um diz o seguinte: “Sobre IPTU Verde e pagamento por serviço ambiental” e o outro fala sobre “Detalhamento dos parâmetros de Ecovilas”. Ela respondeu que a lei regulamentadora vai garantir que bairros existentes possam se encaixar e utilizar os benefícios das Ecovilas. Também, parâmetros e outras sugestões serão consideradas nas leis regulamentadoras.



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Juliano reforçou que esses foram os principais resultados da Consulta Pública, e a ideia dessa nova audiência é a de promover mais comentários e sugestões de toda a população para a realização da Minuta. Definiu um intervalo de 10 minutos, deixando assim mais esse tempo para a realização de perguntas escritas.

Após o intervalo, Eder deu início à leitura e respostas das perguntas escritas.

Pergunta: As perguntas do questionário são tendenciosas e não ajudam as pessoas a apontar os pontos críticos do Plano. Recebemos muitas reclamações sobre pontos específicos, dificuldades que muitas pessoas passaram. É muito difícil classificar como participativo um plano que mobilizou menos de 1% da população, isso prova que a estratégia escolhida para divulgação e participação falhou! E deve ser revisada e refeita! Não é democrático saber que a população não participou e não fazer nada em relação a isso!

Resposta: Com relação às questões serem tendenciosas, é importante notar que todas as perguntas tinham um campo aberto para que fossem comentadas ou criticadas. Tivemos que reduzir a quantidade de perguntas porque se fosse uma pergunta para cada artigo, teríamos 500 perguntas. Então todas foram sumarizadas de acordo com os temas para que, junto com o Diagnóstico da Cidade e o texto da Minuta, os comentários pudessem ser incluídos. Estamos em um regime democrático, onde foi feita uma ampla divulgação tanto das audiências quanto do questionário aberto ao público por mais de um mês, o que não é democrático é obrigar todos a responder. Então essa questão da participação é um desafio em todos os municípios. Todas as Secretarias envolvidas no Plano Diretor estão bem contentes com o nosso papel enquanto Governo. Fizemos a divulgação das audiências e optamos por fazer no período noturno para que as pessoas que trabalham possam participar e ainda temos uma opção de audiência que vai acontecer no feriado. Abrimos espaço para que a população participe, fizemos o nosso papel da melhor maneira, mas nem todos tem esse interesse em participar.

Pergunta: Sobre o artigo 92, será definida uma largura da faixa não edificante nos trechos do EMIU?

Resposta: Uma das estratégias para viabilizar o EMIU é aumentar a caixa da via, que é o tamanho de uma fachada até a fachada do vizinho da frente, e a forma de fazer isso é demarcando essas faixas não edificantes. Então quando houver reforma ou



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

demolição para uma nova construção, o dono desse terreno deverá deixar essa faixa. Foi feito um estudo e tem vias do EMIU que já possuem um tamanho adequado, onde não será necessária a faixa.

Pergunta: Sobre o artigo 88, todas as definições sobre vagas de estacionamento (computável ou não), vaga de visitante, sobre solos, bicicletários, etc., serão contempladas nas demais zonas ou é exclusivo para ZEMIU? Como fica a questão da vaga de estacionamento para outras zonas como ZAV, ZER, etc.?

Resposta: O Plano não está tratando dessa questão de vagas de estacionamento na cidade inteira, porque virá na sequência uma revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Código de Obras, e essas leis irão tratar especificamente desses pontos para toda a cidade.

Sugestão: Fazer um plebiscito para a aprovação ou recusa da alteração do zoneamento do bairro, e da supressão dos recuos laterais e de fundo, e do aumento da ocupação dos lotes nas novas construções.

Resposta: Esse também é um fato que está sendo estudado e que será aprofundado na Lei de Código de Obras, então a sugestão será utilizada na revisão do Código de Obras.

Sugestão: Entre os parques e praças a serem criados na Minuta do Plano Diretor, sugere-se incluir as áreas abaixo: área da Avenida Jaguaribe, altura do número 30 (Jd. Jaguaribe), a área já é da PMO; área na Rua Elfrida Carvalho Soares, Jd. Veloso, a área já é identificada como da PMO.

Resposta: É a mesma situação da questão anterior; a sugestão será guardada para posterior estudo dessas áreas.

Pergunta: Moro no Jd. Roberto e com o crescimento da nossa cidade, avançando para as periferias (bairros), vejo a necessidade de buscar saídas para melhor fluir os trânsitos locais. Sugestão para melhorar o trânsito da J.B. interligar a Av. Marechal Edgar de Oliveira com Av. Leonil Crê Bortolosso Quitaúna. Já tenho ofício neste sentido, pedindo para o Executivo a implantação desta via!

Resposta: No Diagnóstico da Cidade verificamos que, principalmente nas periferias, falta a interligação de vias – nesse documento tem algumas sugestões. De qualquer forma, essa sugestão será levada em consideração.



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Pergunta: Com o novo viaduto, o acesso ao bairro Bonfim sofrerá alteração? A rua principal será mão única?

Resposta: O projeto do viaduto já existe e é da Secretaria de Trânsito. O Plano Diretor não considerou mudanças nesse projeto, mas a área do Bonfim está sendo considerada como uma das Áreas de Interesse Especial, e com isso tem a possibilidade de retomada da operação urbana. Sobre a questão específica da faixa de mão única ou não, não sabemos responder porque o projeto está na Secretaria de Trânsito.

Pergunta: Qual o planejamento para os bairros que estão recebendo torres de prédios aumentando o fluxo de pessoas e veículos no tocante a mobilidade, lazer, educação e saúde?

Resposta: O planejamento é justamente a criação desses instrumentos, e precisamos criá-los de forma que orientem o desenvolvimento urbanístico da cidade. A questão da verticalização está sendo muito discutida na Minuta. Lembrando que Osasco é a 5ª cidade mais populosa do Brasil, temos um adensamento de praticamente 12 a 13 mil habitantes por km<sup>2</sup>, e o desafio é promover o desenvolvimento de uma maneira ordenada, então a verticalização acaba sendo uma condição para receber toda essa população. Crescemos duas torres de 40 andares por ano, e esse aumento populacional é muito significativo. O Plano então tem a ideia de trazer diretrizes para que possamos ordenar esse crescimento através do Macrozoneamento, dos Eixos de Mobilidade Urbana e do controle do potencial construtivo dos lotes.

Pergunta: Como garantir o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais? Pois não consta na Minuta o mapeamento de terreiros e barracões (Decreto 6040).

Resposta: O Plano não trata do uso específico daquele lote. Com exceção das áreas públicas que pertencem à Prefeitura, a utilização dos lotes é feita de maneira particular. Então quem decide o que será feito no lote, mediante aprovação das Secretarias responsáveis, é o proprietário. Além disso, o Plano não trata de povos tradicionais de maneira geral.

Pergunta: Como que o Plano contempla as novas unidades na saúde que devem ser construídas de acordo com a Portaria 336 que diz respeito aos CAPS de



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

acordo com a quantidade populacional? Pois os dados atuais não contemplam as leis que definem a quantidade de CAPS por município.

Resposta: Esse assunto não é tratado no Plano Diretor, mas na construção de uma UBS hoje, por exemplo, parte do custeio é feito pelo Ministério da Saúde com recurso federal. Nessa UBS deverá ser feito o atendimento a uma quantidade mínima de pessoas dentro de um raio de atendimento. Em Osasco algumas unidades estão realmente sobrecarregadas e precisamos avançar nesse sentido, mas isso não será tratado no Plano. Sobre o CAPS, está sendo feita a reforma da unidade do Km 18 e logo teremos novidades sobre o CAPS AD. No Plano Diretor os equipamentos públicos não são quantificados, eles vão surgindo de acordo com as demandas.

Pergunta: Por favor, explicar melhor o artigo 508. Temos dúvidas sobre o direito de protocolo e o direito dos alvarás expedidos. Quais serão as regras para o protocolo e análise e parâmetro dos projetos modificativos? O pagamento da outorga será até o habite-se?

Resposta: O artigo 508 é o direito constitucional sobre o protocolo. Seus direitos serão garantidos tanto em relação ao protocolo como sobre o alvará. Todo processo protocolado na vigência de lei terá o seu direito assegurado. E sim, a outorga é paga em 24 meses da data do alvará, contanto que não ultrapasse a data de emissão do habite-se.

Pergunta: No Plano Diretor vai ter alguma normativa para calçadas? Minha esposa não consegue levar as crianças para a escola de carrinho, pois as calçadas são todas irregulares.

Resposta: Com certeza nos preocupamos com isso no Plano Diretor, e o artigo 233 trata apenas de passeios públicos, além de outros instrumentos na área de Centralidades, como a obrigação de aumento do passeio público, fruição e fachada ativa para que o passeio público se torne muito melhor dentro do município.

Pergunta: Sobre o artigo 282, a menção da distribuição das unidades de habitação de interesse social refere-se às produzidas pelo poder público apenas? Quanto às construídas pelo poder privado, excluem-se as enquadradas como faixa 2 e 3? Sobre o artigo 295, limitando as 200 unidades de habitações de interesse social por condomínio, há abertura para sub condomínio, por exemplo? Em São Paulo, podemos



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

fazer até 400 unidades de habitação social e 300 unidades para sub condomínios. Não seria coerente seguir o mesmo parâmetro?

Resposta: As unidades de interesse social produzidas pelo poder público são abertas tanto para o poder privado quanto para o poder público. Aqui no município foram entregues várias unidades principalmente de faixa 1, unidades de interesse social, e as de faixas 2 e 3 são mais atendidas pelo poder privado. Dentro do Código de Obras incentivamos bastante obras que buscam a utilização da unidade social e incentivos construtivos via outorga, área computável e não computável. E sobre a segunda pergunta, estamos avaliando as adequações em relação ao apontamento. Estamos refazendo o estudo sobre 200 unidades por condomínio e verificando se será absorvido ou modificado.

Pergunta: No art. 268 vocês estabeleceram que para a elaboração do EIV e RIT simplificado e completo existe um critério para metragem quadrada da área computável do empreendimento com 2500,00 m<sup>2</sup> a 10.000 m<sup>2</sup>, é o simplificado e acima de 10.000,00 m<sup>2</sup> é o completo e também estabelecem que todo empreendimento com área superior a 1.000,00 m<sup>2</sup> de área computável é um polo gerador de tráfego. Nos casos de empreendimentos entre 1.000 m<sup>2</sup> e 2500 m<sup>2</sup>, qual será a exigência para o empreendimento? Como será essa análise por CTIU? Em qual momento do processo de aprovação? A análise de CTIU será feita em processo exclusivo ou no processo de alvará de construção?

Resposta: A exigência será a mitigação dos impactos apontados no RIT (Relatório de Impacto de Trânsito). Será na análise do projeto de aprovação do alvará de construção que será verificado e analisado todo o impacto, de forma concomitante durante o processo existente. A Câmara Técnica consulta várias outras Secretarias que fazem parte da aprovação, que é digital.

Pergunta: Por que o Plano alterou os coeficientes básicos de 1, conforme previsto na Minuta anterior, para os coeficientes máximos da legislação atual?

Resposta: Esse ponto foi muito estudado, e verificamos que dentro do município já trabalhamos com o coeficiente básico e o coeficiente máximo de 4 adquirindo a outorga onerosa. Tínhamos também as operações urbanas que potencializavam e passávamos de 4 em alguns pontos específicos da cidade. Então cabe um estudo na avaliação da nova Lei de Zoneamento e na atualização do Código



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

de Obras para que se faça a atualização do 4, porque hoje vamos continuar com o coeficiente básico e com a via de outorga. Lembrando que o coeficiente de aproveitamento é de até 4, de acordo com a localização e a depender da revisão da Lei de Zoneamento que será posterior à revisão do Plano Diretor.

Pergunta: Como foi pensada a adoção do direito de “preempção” tendo em vista que as principais cidades do país não adotam este instrumento (art. 116)?

Resposta: O direito de preempção está previsto no Estatuto da Cidade, que é a lei que regulamenta a nossa Constituição. Ele é um instrumento válido e relevante porque é de menos impacto. Para quem não sabe, esse é um instrumento em que a Prefeitura pode demarcar um terreno e, se o proprietário tiver interesse em vendê-lo, a Prefeitura tem prioridade na compra, assim o dono do terreno não sai com dolo e a Prefeitura consegue implementar as suas políticas.

Pergunta: Como se dará a aplicação do instrumento da cota de provisão habitacional nos empreendimentos? A adoção de áreas contíguas para a formação dos 20.000 m<sup>2</sup> mínimos é uma clara penalização ao incorporador dando a ele a responsabilidade de sanar um déficit habitacional que deveria ser resolvido pela Prefeitura com novas moradias populares (art. 216 a 220).

Resposta: Já tínhamos recebido outra questão nesse sentido, e estamos revisando esse instrumento devido a esses questionamentos.

Em seguida, o Secretário Eder informou que foram recebidas perguntas que não tratam sobre o Plano Diretor, mas são muito importantes. Devido ao tempo da Audiência que chegava ao fim, solicitou aos moderadores que localizassem os 4 munícipes que formularam essas perguntas a fim de respondê-los posteriormente via e-mail. Além disso, informou que duas associações protocolaram, juntas, mais de 40 perguntas e, também devido ao tempo da audiência, o Secretário solicitou deliberação e votação com os participantes da plenária para ler e responder as perguntas das entidades e não abrir o microfone, ou abrir o microfone para garantir o direito à fala dos presentes e responder as perguntas das entidades via e-mail. Nesse momento, após a intervenção de uma munícipe (sua fala não foi captada no áudio da audiência por não ter utilizado o microfone), foi aberta a votação proposta e, após o resultado, o microfone foi aberto.



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Pergunta: O sistema não permitia que a agente discordasse de uma pergunta e comentasse, apenas que a gente concordasse parcialmente e comentasse. Então todas essas estatísticas que vocês apresentaram estão enviesadas. Gostaria de comentar que o Plano Diretor tá retirando a proteção da vegetação de preservação permanente, florestas, matas, várzeas. Na verdade, ainda existe essa proteção na Lei Ambiental, mas o Plano Diretor está retirando isso no sentido de permitir um TCRA para corte de vegetação de preservação permanente. Eu gostaria de entender como é que isso fala com 96% da área verde do município depender das áreas particulares, e vocês estarem permitindo cortar as florestas, matas e vegetação de preservação permanente. Outra coisa, vocês se comparam à Barcelona, Paris e Tóquio em relação ao adensamento, porém, nesses municípios existem metrô e áreas verdes. Vocês mesmos dizem que aqui falta transporte público, mobilidade e área verde, e não estão condicionando o aumento do adensamento urbano ao cumprimento de metas nesse sentido. O estudo/diagnóstico feito em 2017, levou à conclusão de que o coeficiente de aproveitamento MCU era de 3 e o MDE era de 2, e agora vocês colocam 4. Isso é uma irresponsabilidade, porque os imóveis vão se valorizar e vai ser impossível retirar isso na Lei de Zoneamento. Então eu gostaria de pedir que vocês não fizessem isso, mantenham os 3 e os 2 divulgados no quadro anterior, e deixem para a Lei de Zoneamento propor os 4, porque senão os imóveis vão se valorizar e depois não será possível fazer o adequado planejamento urbano. O Diagnóstico não contempla essa questão de coeficiente máximo de 4; o Diagnóstico respondeu 3 e 2, vocês aumentaram sem novo estudo urbano.

Pergunta: Eu sou do bairro Umuarama, nós temos algumas áreas verdes lá. Onde o Plano Diretor está alterando de Zepam para Área Urbana, tem duas áreas em especial, uma na João Goulart, conhecida como Chácara do Bradesco, e outra em frente à Chácara dos Matarazzo. A área Zepam, em especial aquela área do golfe, está sendo mantida como Zepam, mas o Plano Diretor está alterando o percentual do uso do solo de 15 para 30%, então está diminuindo a preservação da área de Zepam que pode ser utilizada. São esses itens que eu queria colocar como observação, que cabe algum tipo de resposta. Então as áreas de Chácara do Bradesco e a área em frente à Chácara do Matarazzo, são áreas que já tem preservação do verde, então não entendo por que a gente vai alterar aquela área para urbana.



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Resposta: Na área do Umuarama alguns pontos que estão sendo considerados como Zepam estão se mantendo como área de preservação. Apesar de termos um urbanismo consolidado em todo o seu redor, não vamos descaracterizar essa ilha verde que temos naquele ponto. Vamos levar em consideração o percentual de 15 para 30%, fazer esse estudo, verificar dentro do quadro. Mas a área do campo de golfe está sendo colocada dentro do Plano Diretor como uma área de preservação.

Como não houve mais interesse dos presentes em fazer o uso do microfone, o Presidente da Mesa procedeu à leitura e respostas das perguntas recebidas das entidades.

Pergunta: Quando receberemos retorno por escrito, formal e público, das propostas e dos ofícios enviados e da razão de sua aceitação ou não?

Resposta: Recebemos ofícios da Avive e da Arppo e já respondemos, precisamos verificar porquê as respostas não chegaram até vocês, deve ter parado em algum momento do processo. De qualquer forma, o que foi aceito, o que não foi aceito e as justificativas serão protocoladas juntamente com todas as outras sugestões do Plano Diretor, então será tratado no mesmo rito e publicado no IOMO após a finalização desse processo.

Pergunta: Quando se darão as audiências devolutivas (já que essas não podem ser consideradas devolutivas, tanto que não estão sendo chamadas por esse termo e o material não foi divulgado com anterioridade)?

Resposta: Essa não é audiência devolutiva. Fizemos as pré-audiências, antes de colocar o Plano à disposição da população, para explicar termos, referências e conceitos em linguagem simples. As devolutivas de todas as questões serão publicizadas e publicadas no Diário Oficial através de um relatório que será feito de todo o processo participativo, incluindo as perguntas, o que foi aceito e as justificativas do que não foi aceito.

Pergunta: Quando o projeto estará pautado para a Câmara?

Resposta: O nosso cronograma estabelece o prazo que vai do final de novembro até o início de dezembro para subir o texto para apreciação da Câmara Municipal.



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Pergunta: Quando receberemos a versão final do texto que irá para a Câmara? Ela será disponibilizada em que instrumento, IOMO ou no Participa Osasco, ou em ambos?

Resposta: O texto deverá ser publicado nas duas ferramentas, Participa Osasco e Diário Oficial.

Pergunta: Por que Osasco está discutindo a validade de uma fronteira municipal aprovada por lei pelos dois municípios (Osasco/São Paulo)?

Resposta: Não estamos tratando de nenhuma política de fronteira. O que estamos adotando no Plano é a análise do que está sendo feito nas regiões de divisa para não destoar e não ter uma fronteira visual.

Pergunta: Por que está reintegrando a área que é imune a corte em São Paulo e ZAV em Osasco como uma área comum que pode ser desprotegida na reintegração?

Resposta: O município não está tratando de nenhuma reintegração de área verde, então o (a) munícipe pode se pronunciar e explicar melhor a pergunta. Caso seja algo mais específico, pode protocolar um documento para que a gente possa esclarecer para vocês.

Pergunta: O que a Prefeitura pretende fazer com a área verde ao lado da estação de ônibus na Avenida Autonomistas que está com direito de preempção?

Resposta: Aquela região é uma área do município de São Paulo, e não de Osasco.

Pergunta: O município tem menos da metade de área verde recomendada pelo Estado de São Paulo, sendo que 96% desse montante está em áreas privadas. Então por que o Plano Diretor está retirando esta proteção da vegetação?

Resposta: Na verdade não estamos retirando, é que esse não é objeto do Plano. Essa área será estudada através da revisão da Lei 1485/78, que é a Lei de Zoneamento. O Plano não está especificando essas áreas; ele trata de Macrozoneamento, não Zoneamento específico das áreas. Reiterando, quando falamos do coeficiente de aproveitamento de 4, não significa que será de 4 na cidade toda, depende da revisão dessa Lei.

Pergunta: Por que está reduzindo ZAV? Por que está permitindo mais construção em ZAV que já era protegida?



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Resposta: Essa questão também será tratada na revisão da Lei 1485/78, é o mesmo caso da pergunta anterior. Esse trabalho em campo já foi iniciado e no começo do próximo ano essa Lei será revisada.

Pergunta: Qual o plano da Prefeitura ao estar permitindo fazer TCLA para corte de vegetação de preservação permanente, deixando de consolidar a restrição de uso do solo nas áreas de mata e floresta, permitindo a construção na zona de amortecimento da RBCVSP?

Resposta: O Plano não permite e não deixa de permitir nada. A permissividade é tratada através de leis complementares específicas. Esse não é objeto do Plano pois ele traz as diretrizes e o detalhamento ocorre com as leis complementares.

Pergunta: Por que de 6 ZAV nos Bairros Adalgisa e Umuarama a Prefeitura está mantendo apenas 3?

Resposta: Pedimos que nos envie esse mapa, porque conferimos todas as áreas de ZAV que estão demarcadas no Bairro Adalgisa e elas não são demarcadas como ZAV. Recebemos o Ofício da entidade, comparamos com a Lei de Zoneamento e, como essas áreas não estão demarcadas como ZAV atualmente, precisamos bater os mapas para encontrar as divergências.

Pergunta: Como o diagnóstico do Plano Diretor sendo o mesmo, chegou a quadros de ocupação diferentes?

Resposta: Através de discussões com as áreas técnicas pertinentes das Secretarias de Licenciamento e Cadastro Imobiliário, de Obras e de Habitação, e isso levou ao aprimoramento e atualização do processo, que teve início em 2017 e hoje o cenário é outro.

Pergunta: O quadro divulgado em 2020 dizia que o coeficiente de aproveitamento máximo no Bairro Adalgisa era 3 e o limite de altura dos edifícios era 50 metros, e agora diz que o coeficiente é 4 e não limita a altura. Se a estrutura viária segue sendo a mesma, o que justifica o adensamento?

Resposta: A própria evolução urbanística da cidade vem mostrando isso, sobretudo em algumas áreas mais específicas nas regiões periféricas, onde temos o avanço de empreendimentos imobiliários. Realmente a infraestrutura não está 100% preparada para esse processo, mas é um caminho que estamos percorrendo através



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

da implantação dos instrumentos. Já foram feitos estudos e conseguimos melhorar essa capacidade.

Pergunta: Pelo Censo de 2022, Osasco é a quarta cidade mais adensada do Brasil e do Estado de São Paulo. Compara-se a Paris, Barcelona, Tokio para justificar mais adensamento, mas não temos o metrô, as calçadas e as áreas verdes dessas cidades e nem está condicionando o adensamento à criação dessa infraestrutura compatível. Qual a lógica disso? Quais serão as soluções a serem adotadas a curto, médio e longo prazo?

Resposta: Alguns instrumentos do Plano mostram que estamos procurando trazer a infraestrutura necessária ao crescimento que inclusive já aconteceu na cidade. O crescimento é contínuo, e nos últimos 20 anos aconteceu de maneira exacerbada, então esses assuntos estão sendo tratados no Plano Diretor com a implantação de instrumentos que foram propostos, como por exemplo o alargamento de vias e a fruição pública. Estamos criando as condições necessárias para que o crescimento ocorra de maneira orientada e ordenada.

Pergunta: A população não concorda com a redução da proteção das áreas do município. Queremos manter as ZAV na mesma quantidade e com a mesma proteção atual da Lei 1485, ou maior. Queremos manter a proteção das florestas e matas. Para esse ponto valeria um abaixo assinado, sim ou não?

Resposta: Sobre o abaixo assinado, a população tem o total direito de buscar o que acredita, somos democratas e acreditamos nessa ferramenta de abaixo assinado. A grande questão hoje é que existia uma intenção de que a gente deliberasse sobre áreas particulares, mas não está no planejamento do município realizar a compra de novas áreas. Então quando falamos em delimitar a construção de lote particular, estamos cerceando um direito que uma pessoa teve e passou a não ter mais. Há uma limitação do poder público em deliberar em áreas particulares. Além disso, as áreas de Zepam são bem maiores do que as áreas de ZAV, inclusive com zonas industriais sendo transformadas em zonas de interesse ambiental.

Pergunta: Nós somos contra a redução da proteção das ZAV, das florestas e matas, e a favor de exigir plantio de árvores para todo empreendimento do município. Como a Prefeitura pretende equalizar essa questão que no momento é crucial para Osasco e para o planeta?



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Resposta: Essas também são questões que deverão ser tratadas na revisão da Lei de Ocupação e Uso do Solo, inclusive por orientação jurídica da Procuradora Geral do Município, para não engessar o Plano Diretor de uma forma que trave os processos na Secretaria de Licenciamento e Cadastro Imobiliário.

Ao fim da leitura das perguntas, o Secretário Eder informou que havia mais uma pessoa inscrita para fazer uso da palavra e passou o microfone para ela.

Pergunta: Sou membro da Comissão de Meio Ambiente de Osasco, e inclusive nós apresentamos um conjunto de propostas para a comissão que está revendo o Plano Diretor. Um dos apontamentos é a questão do Plano de Resíduos Sólidos. Eu já trabalho com o estudo dos resíduos sólidos desde 2004, e tenho acompanhado a evolução de todas as reformas e sugestões de como o Plano Diretor tem sido feito desde 2019. Percebo que nessa última versão de 2023 que estamos levando para votação, a questão dos resíduos sólidos foi muito reduzida. Por exemplo, não traz de forma muito ampla a questão da coleta seletiva - nem se toca nesse assunto. Quando falamos de Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, temos que entender que não trata apenas da reciclagem de lixo e dos resíduos; é uma questão que envolve o desenvolvimento da cidade, questão social, urbana e ambiental. E o Plano, principalmente na questão social, ficou muito aquém. Eu gostaria que a comissão pudesse se debruçar mais, porque não existe em nenhum artigo a inclusão, por exemplo, das Cooperativas de Catadores e não há também nada a respeito de coletas – se fala de reciclagem, mas não se fala de coleta seletiva, que é um assunto muito especial. Precisamos tratar disso e esse Plano não pode ficar fora.

Resposta: Temos considerado tudo isso dentro do município, mas dentro das estratégias do Plano Diretor tratamos muito da área territorial. A Secretaria de Obras tem um departamento que irá cuidar do Plano de Coleta de Resíduos, que é específico sobre isso.

A munícipe complementou a sua fala dizendo que “Osasco já tem uma lei que fala sobre o Plano de Resíduos e temos uma lei que fala sobre os grandes geradores. Está faltando Decreto para que os grandes geradores cumpram e paguem. Precisamos que algumas questões estejam propriamente no Plano Diretor, porque essas questões vão ficar paradas. Osasco já tem um plano de gestão, e precisamos aprimorar esse Plano Diretor.”



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Em seguida, outra munícipe fez o uso do microfone também: “Na realidade, tem aqui essa questão dos estudos do coeficiente de aproveitamento, que foi aumentado de 3 e 2 para 4, no máximo, que vocês disseram que foram feitos estudos por essa comissão da Prefeitura, mas esses estudos não foram publicados. O único estudo que foi publicado foi aquele de 2017, que trouxe os coeficientes máximos de 3 e de 2. Então eu volto a dizer, vocês falam que tudo isso vai ser visto na revisão da Lei 1485, mas o Plano Diretor diz que ele prevalece sobre a Lei 1485, e isso vai ser revisto a prazo. Existe uma lei, que é a Lei Complementar 382, que já está vigente e está aplicando o coeficiente de 4 sem estudo urbanístico e sem participação popular, diga-se de passagem. Então a gente está pegando um estudo que foi feito, rasgando, e dizendo que a gente vai fazer valer o 4, que é com base em uma Lei que não foi feita com estudo. Volto a dizer, isso vai valorizar os imóveis e depois é impossível a gente tirar. Outra questão: o estudo de diagnóstico do Plano Diretor fala que 96% da cobertura vegetal do município está em áreas privadas. Hoje, a legislação oferece proteção a essas áreas privadas, inclusive o Plano Diretor. Essa proteção está sendo mantida na lei ambiental e retirada no Plano Diretor. Novamente diz que as leis serão revistas com base no Plano Diretor, então o que vocês estão fazendo é retirar uma coisa que já existe, ou ameaçar de retirar, porque eu não acho também que esteja retirando, mas ameaça retirar. Tudo o que eu estou pedindo é pra se manter o que já existe hoje, porque nós estamos em um aquecimento global, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável da ONU, e é necessário manter no mínimo o que existe hoje. Se a gente quer adensar o município, a gente tem que no mínimo manter a cobertura vegetal que a gente tem hoje. Não vejo condições com esse Plano Diretor, sem estimular a arborização no uso e ocupação do solo e retirando a proteção da cobertura vegetal, como vamos atingir isso que a gente precisa para poder adensar? De resto, eu gostaria de agradecer e parabenizar pelo resto do trabalho. Nós respondemos a muitas dessas questões, o Plano de Mobilidade está bem feito, então o que precisa melhorar é o coeficiente de aproveitamento e a proteção do meio ambiente”.

Após a última participação no microfone, o Secretário Eder passou a palavra para o Secretário Executivo da Secretaria Executiva de Licenciamento e Cadastro Imobiliário e Controle do Uso do Solo, Daniel Calió.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

### SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Daniel agradeceu a participação da munícipe Lavínia, disse que foi muito importante e que isso mostra o amor que ela tem pela cidade, e que gostaria que mais cidadãos pudessem participar de falas tão efetivas.

Em seguida, o Secretário Eder informou que o Ofício protocolado pela Avive será respondido.

Marina explicou que foi recebida uma sugestão com uma apostila anexada que ficou na mesa e não foi respondida. Pediu desculpas e leu a sugestão, informando que a resposta também será publicada posteriormente:

Sugestão: No planejamento das novas construções, adotar o conceito urbanístico de envelope solar, ou seja, o maior volume que uma edificação pode ocupar sem causar sombreamento indesejável nos lotes vizinhos.

Resposta: Esse tema é de uso e ocupação do solo e iremos levar para frente essa sugestão.

Também, o Secretário Eder informou que foi recebida uma Nota de Repúdio da vereadora Juliana, que não estava mais presente na reunião, assim como nenhum outro integrante da Mandata AtivOz, mas esclareceu que a Nota está sendo registrada e anexada aos autos.

Ao fim, o presidente da mesa agradeceu a presença de todos, lembrando que terá uma nova audiência no feriado em cumprimento à uma solicitação do Ministério Público, que está acompanhando todo esse processo para garantir ainda mais a participação social. A audiência acontecerá no dia 15 de novembro às 10h, na Sala Luiz Roberto Claudino, localizada ao lado da Prefeitura. Ressaltou que no dia 16 de novembro terá mais uma audiência que acontecerá na zona norte de Osasco. Convidou a todos para comparecerem e participarem da discussão de aprimoramento da peça do Plano Diretor que não é do Governo, e sim da nossa cidade. Nada mais havendo para tratar, a audiência foi encerrada às 21h45. Eu, Fernanda Cristina Zanin, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Mesa e Secretário de Planejamento e Gestão - SEPLAG.

Eder Alberto Ramos Máximo

Secretário de Planejamento e Gestão